

**JORNALISMO E OPINIÃO
PÚBLICA: a cobertura
jornalística de sites do
Amapá sobre a extinção da
Renca na Amazônia**

**JOURNALISM AND PUBLIC OPINION: the
journalistic coverage of the sites of Amapá
on the extinction of Renca in the Amazon**

**JORNALISMO Y OPINIÓN PÚBLICA: la
cobertura periodística de sitios de Amapá
sobre la extinción de Renca en la
Amazonia**

**Abinoan Santiago dos Santos¹
Paula Melani Rocha^{2, 3}**

RESUMO

O presente artigo objetiva debater o jornalismo na formação da opinião pública com recorte em temas de meio ambiente. A análise compreende a cobertura de três sites de notícias do Amapá sobre a extinção da Reserva Nacional de Cobres Associados (Renca), na Amazônia, em agosto de 2017, de acordo com a tríade funcional do jornalismo ambiental (informativo, pedagógico e político). Foram verificados 20 textos publicados pelo G1 Amapá, Diário do Amapá e SelesNafes.Com, entre 23 e 30 do referido mês após o decreto presidencial que extinguiu a reserva. A discussão apontou a predominância de conteúdos políticos, porém em seu aspecto partidário, tendo o enquadramento contra a medida do Palácio do Planalto.

¹ Mestrando no Programa de Pós- Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com bolsa Capes. Graduação pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). Email: abinoansantiago@gmail.com.

² Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Email: paulamelani@gmail.com.

³ Endereço de contato com os autores (por correio): UEPG - Campus Central, Av. Bonifácio Viléla - Centro, Ponta Grossa - PR, 84010-330.

PALAVRAS-CHAVES: jornalismo ambiental; jornalismo e opinião pública; Amazônia; meio ambiente.

ABSTRACT

This article aims to discuss journalism in the formation of public opinion with a focus on environmental issues. The analysis includes coverage of three Amapá news sites on the extinction of the National Reserve of Cobres Associados (Renca), in the Amazon, in August 2017, according to the functional triad of environmental journalism (informative, pedagogical and political). Twenty texts published by G1 Amapá, Diário do Amapá and SelesNafes.Com were verified between 23 and 30 of said month after the presidential decree that extinguished the reservation. The discussion pointed to the predominance of political content, but in its party aspect, and the framework against the measure of the Planalto Palace.

KEYWORDS: environmental journalism; journalism and public opinion; Amazônia; environment.

RESUMEN

El presente artículo objetiva debatir el periodismo en la formación de la opinión pública con recorte en temas de medio ambiente. El análisis comprende la cobertura de tres sitios de noticias de Amapá sobre la extinción de la Reserva Nacional de Cobres Asociados (Renca), en la Amazonia, en agosto de 2017, de acuerdo con la tríada funcional del periodismo ambiental (informativo, pedagógico y político). Se verificaron 20 textos publicados por el G1 Amapá, Diario de Amapá y SelesNafes.Com, entre el 23 y el 30 de dicho mes después del decreto presidencial que extinguió la reserva. La discusión apunta el predominio de contenidos políticos, pero en su aspecto partidista, y el encuadramiento contra la medida del Palacio del Planalto.



revista
Observatório

ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 6, Outubro-Dezembro. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n6p753>

PALABRAS CLAVE: periodismo ambiental; periodismo y opinión pública; Amazon; medio ambiente.

Recebido em: 27.05.2018. Aceito em: 17.08.2018. Publicado em: 08.10.2018.

Introdução

Após ser alvo de protestos de artistas, políticos e ambientalistas, o presidente Michel Temer (PMDB) mandou publicar em 26 de setembro de 2017, no Diário Oficial da União, o decreto 9.159⁴ - assinado um dia antes - colocando, pelo menos por enquanto, um ponto final à polêmica extinção da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca), entre o Amapá e Pará, ocorrida um mês antes.

A área, de preservação mineral, foi aberta para exploração em 23 de agosto por meio do decreto presidente 9.142⁵. A medida, tomada de forma unilateral pelo Governo Federal, gerou descontentamentos da classe artística, ambientalistas e até da base aliada, fazendo Temer voltar atrás da decisão.

Apesar de não ser uma área de preservação ambiental, a extinção da Renca abrange terras indígenas e florestas protegidas, entre os estados de Amapá e Pará, na Amazônia Oriental do Brasil⁶. Durante a vigência do decreto de mudança do status da reserva, o evento tornou-se um dos principais assuntos na imprensa *mainstream* do país e ainda causou repercussão em veículos de comunicação estrangeiros, a exemplo do El País, BBC e New York Times.

Diante da repercussão do caso, que permaneceu nos noticiários durante um mês, e a relação do jornalismo na formação da opinião pública, este artigo investiga como os sites de notícias Diário do Amapá, G1 Amapá e

⁴ Decreto 9.159, de 26 de setembro de 2017. Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=26/09/2017>.

⁵ Decreto 9.142, de 23 de agosto de 2017. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9147-28-agosto-2017-785411-publicacaooriginal-153666-pe.html>.

⁶ Para efeito de planejamento econômico, a Amazônia Legal Brasileira é dividida em duas regiões: a Ocidental (Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia) e a Oriental (Amapá, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins). Disponível em <http://www.sudam.gov.br/index.php/institucional?id=86>.

SelesNafes.Com, todos sediados em Macapá, abordaram a cobertura da extinção da Renca. O estudo se dará a partir do recorte da primeira semana, de 23 a 30 de agosto, após o ato presidencial que decretou a medida, e o corpus compreende 20 notícias.

A intenção é debater o jornalismo na formação da opinião pública (LIPPMANN, 2010) pela perspectiva da cobertura jornalística em temas de meio ambiente, ancorada nas três premissas do jornalismo ambiental na sociedade, definidas por Bueno (2007): informativa, pedagógica e política.

A hipótese que norteia este *paper* é a de que mesmo próxima à realidade do contexto ambiental, a maioria das notícias dos três sites estudados no Amapá deixou de apresentar na narrativa como elemento principal aspectos de funções didática e informativa em detrimento da política.

Como metodologia, o artigo se baseia em análise de reportagem (HERSCOVITZ, 2007), tendo como unidade de análise o enquadramento dado ao texto. Como caminho didático, entende-se ser necessário propor um breve debate sobre jornalismo e opinião pública, além de jornalismo ambiental e aspectos da própria Renca, para assim analisar a cobertura dos três sites elencados a partir das notícias do levantamento empírico.

Jornalismo e Opinião Pública

Um dos termos que recorrentemente vem à tona em veículos de mídia brasileiros é o de “opinião pública”, principalmente em momentos de complexidades sociais, a exemplo dos materializados nos protestos de junho de 2013 e seus desdobramentos no Brasil, acentuando a expressão no cotidiano das pessoas (LIMA, 2013).

A opinião pública é considerada uma questão interdisciplinar, que transita entre áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como História,

Sociologia, Psicologia, Ciências Políticas, Comunicação e Jornalismo. Por esse motivo, segundo Cervellini e Figueiredo (1995), qualquer tentativa de conceituá-la a partir de uma única perspectiva pode resultar em um eventual reducionismo. “Desse modo, uma conceitualização que se pretenda universal deve utilizar os instrumentos dessas diversas ciências, ou seja, a abordagem teria que ser necessariamente multidisciplinar” (CERVELLINI; FIGUEIREDO, 1995, p. 172).

Apesar disso, o debate sobre a opinião pública e sua relação com os veículos de comunicação pode ser colocado como ponto em comum entre os estudos da temática. Jurgen Habermas (2003), por exemplo, considera os jornais no período pré-capitalista na Europa como espaço de debate público e Nilson Lage (1998) elenca a mídia como elemento utilizado por grupos de elites para conquistar adesão pública a projetos de interesses privados por meio da manipulação e do controle da opinião. Cervellini e Figueiredo (1995) consideram que a mídia tornou popular o termo “opinião pública” ao considerá-lo como um fenômeno, sobretudo por conta do apelo jornalístico que detém, provocando assim debates e reflexões materializados em conteúdos noticiosos a partir dessa perspectiva fenomênica. “Talvez os exemplos mais marcantes sejam as campanhas das eleições diretas, que “mobilizaram a opinião pública”, a morte de Ayrton Senna, que “consternou a opinião pública” ou as atitudes de Collor, “que afrontaram a opinião pública”” (CERVELLINI; FIGUEIREDO, 1995, p. 173).

Por não ter como objetivo fazer um estado da arte sobre a “opinião pública” nem propor um conceito que contemple diversas áreas, o presente artigo analisa a polêmica extinção da Renca sob a perspectiva de Walter Lippman (2010) pela proximidade direta da sua obra com o papel do jornalismo na formação da opinião pública na sociedade.

Jornalista, o norte-americano Walter Lippman (2010) buscou conceituar a opinião pública com base na premissa de que as opiniões não advinham do público, mas sim eram tornadas públicas. Essa perspectiva fez emergir para o centro do debate o que ele classificou de “pseudoambiente”, que em síntese seriam imagens pintadas nas nossas mentes de forma indireta pelos noticiários. Tais ilustrações criadas pela mídia, revertidas de estereótipos, teriam a capacidade de moldar o pensamento do público e conseqüentemente suas ações.

Para Lippman (2010), a complexidade do mundo faz com que o público não consiga compreendê-lo sozinho, principalmente em relação aos eventos fora do alcance da realidade na qual vive o indivíduo, acentuando assim o papel da mídia na transmissão de informações além das atreladas às experiências individuais. “Em qualquer sociedade que não esteja completamente voltada a si mesma e seus interesses e nem tão pequena que todos possam saber sobre tudo o que se passa, ideias dizem respeito a eventos que estão fora da vista e do alcance”. (LIPPMAN, 2010, p.28).

Por essa impossibilidade de o indivíduo não ter acesso de forma completa à realidade, Lippman (2010) distingue dois aspectos: “mundo exterior” e as “imagens das nossas cabeças”. No primeiro, a pessoa, com base no observado, é capaz de formar uma opinião considerada mais próxima da realidade em relação ao segundo, que se encontra à margem da experiência vivida.

No aspecto sobre as “imagens das nossas cabeças”, a incerteza demonstra apresentar uma linha tênue como causa do que foi pintado na mente do indivíduo.

Vi uma jovem menina, criada em uma cidade mineradora da Pensilvânia, mergulhar subitamente da mais completa alegria em um

paroxismo de luto quando uma rajada de vento quebrou a janela da cozinha. Por horas ela ficou inconsolável, e para mim isso era incompreensível. Mas quando foi capaz de falar, deixou transparecer que se uma janela se quebrava significava que um parente próximo havia morrido. Ela estava, portanto, em luto por seu pai, que a havia assustado fazendo-a fugir de casa. O pai estava, é óbvio, bastante vivo. (LIPPMAN, 2010, p. 29).

O exemplo citado pelo autor aponta que a atitude de luto e desespero da menina foi resultado das "imagens pintadas" em sua cabeça, afinal, para ela, até a chegada do telegrama, o vidro quebrado era traduzido como a certeza da perda de seu pai em razão da própria mensagem em forma de superstição familiar transmitida por ele. "O único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que ele não vivenciou é o sentimento provocado por uma imagem mental daquele evento". (LIPPMAN, 2010, p. 29).

Ao transpor para veículos de comunicação, compreendem-se as notícias como as mensagens que provocam a criação de imagens nas cabeças de seus públicos, resultando em formulações de opiniões (ou percepções) por parte do público de acordo com o enquadramento dado ao evento.

Durante a I Guerra Mundial, os cidadãos norte-americanos – que estavam geograficamente longe da realidade do conflito - tinham suas opiniões sobre a participação dos Estados Unidos no confronto armado com base em discursos propagados pelos veículos de comunicação de massa da época: jornal, rádio e cinema (LIPPMAN, 2010). Desse modo, aquilo que é "pintado em nossas cabeças" pode não necessariamente refletir o que a realidade realmente representa em sua essência.

Aqueles aspectos do mundo que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões

públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas por indivíduos agindo em nome de grupos, é Opinião Pública com letras maiúsculas. (LIPPMANN, 2010, p.40).

Diante desses elementos, se faz necessário analisar como foram “pintadas as imagens nas cabeças” das pessoas sobre a extinção da Renca por veículos de comunicação próximos à realidade do evento. A discussão se propõe a analisar se a cobertura de um tema ambiental considerou ou não as funções do jornalismo ambiental ao formular imagens para o público.

Renca

Antes de nos atentarmos às análises do jornalismo ambiental no Diário do Amapá, SelesNafes.Com e G1 Amapá, é válido fazer alguns apontamentos sobre a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados para fins de contextualização. Com 47 mil quilômetros quadrados, a Renca ainda tem uma área praticamente intocada, entre os estados do Amapá e Pará, na Amazônia Oriental do Brasil. Para ter uma noção de seu tamanho, ela é maior que o território do Espírito Santo.

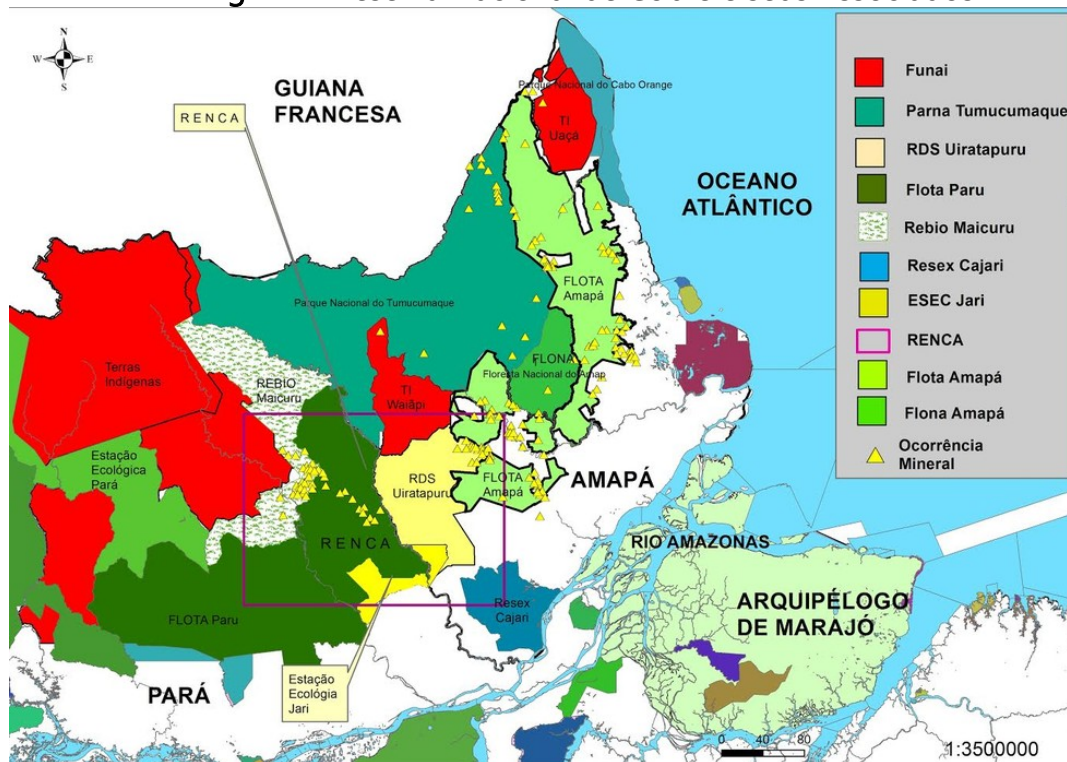
O principal motivo para sua criação, à época, pelo governo militar de João Batista Figueiredo, em 1984, teve caráter nacionalista. A intenção era proteger a região de exploração mineral estrangeira. Desde aquele ano, pesquisas minerais na região passaram a ser de responsabilidade do Governo Federal, porém, as iniciativas nunca avançaram, deixando a Renca sem atividade há décadas, apesar dos mais 500 pedidos de mineradores para explorar a região, rica em ouro, manganês e ferro⁷. Atualmente, a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados enfrenta investida de garimpos ilegais de ouro e mais

7 Vale tem o maior número de pedidos para explorar área da Renca. Disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/vale-tem-o-maior-numero-de-pedidos-para-explorar-area-da-renca/>. Acesso em 14/12/2017.

recentemente problemas sociais provocados com demissões em massa praticadas pela maior fábrica de celulose⁸ do Brasil, entre os municípios de Laranjal do Jari, no Amapá, e Almerim, no Pará. Ela está na área desde 1967, construída pelo bilionário norte-americano Daniel Ludwig após adquirir um território do tamanho do estado de Sergipe.

Em termos ambientais, a Renca não foi estabelecida para proteger a região, mas a sua inatividade mineral acabou ajudando a proteger a floresta, por abranger dentro de seu território – após a sua criação – sete áreas de preservação e duas terras indígenas, restando para atividade mineral 20% do território total da reserva. Foi esse iminente risco a essas regiões protegidas por lei que gerou críticas ao decreto de extinção da Renca.

⁸ O Projeto Jari foi criado nos anos 1960 às margens do rio Jari, que divide os estados de Amapá e Pará. Atualmente, a fábrica encontra-se no terceiro grupo de acionistas majoritários, o Orsa, que o adquiriu em 2000, ao assumir uma dívida de 415 milhões de dólares. Disponível em <http://www.grupojari.com.br/celulose/>. Acesso em 14/12/2017.

Figura 1: Reserva Nacional de Cobre e seus Associados

Fonte: G1 Amapá

A pressão contra a decisão unilateral do presidente Temer partiu de várias classes da sociedade: artistas, ambientalistas, ONGs, instituições de ensino e até políticos da base aliada ao peemedebista se posicionaram contrários à medida. Com os protestos, que chegaram até a ecoar mundialmente no Rock in Rio⁹, Temer cedeu pela primeira vez sobre o caso. Em 28 de agosto edita outro decreto, explicitando a proibição das pesquisas e exploração mineral em áreas de proteção ambiental e terras indígenas. Não

9 Rock in Rio: Alicia Keys faz o maior protesto político do festival. Disponível em <http://cultura.estadao.com.br/noticias/musica,alicia-keys-faz-o-maior-protesto-politico-do-festival,70002005362>. Acesso em 14/12/2017.

adiantou. Foi um mês de críticas até que em 26 de setembro, Temer definitivamente deu novamente à Renca o status que sempre teve.

Jornalismo e meio ambiente

Com 5,5 milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia é a maior floresta tropical do planeta, sendo que de sua área total, 60% está dentro do Brasil. Mas nem por isso, o jornalismo do país pode ser considerado como pioneiro no tratamento da temática nas páginas de jornais impressos, rádios, TV ou sites. Apesar de os primeiros registros da prática de jornalismo ambiental no Brasil serem datados dos anos 1950, com Henrique Roessler, no Rio Grande do Sul (FANTE *et al*, 2015); e dos anos 1960, com Randau Marques, em Franca, no interior de São Paulo (NOGUERA, 2007), foi apenas nos anos 1990, que esse tipo de jornalismo se consolidou no Brasil. Essa década teve como principais marcos a criação do Núcleo dos Ecojornalistas do Brasil (NEJ), no Rio Grande do Sul – o primeiro do tipo no país – e a realização da ECO-92, no Rio de Janeiro. Percebe-se um lapso temporal com demais lugares. Na Europa, na Conferência Ambiental de Estocolmo, em 1972, essa corrente do jornalismo já estava fortalecida (FANTE *et al*, 2015).

Mesmo sem esse pioneirismo, no Brasil, existem veículos jornalísticos atualmente dedicados exclusivamente para o meio ambiente. O InfoAmazônia e Amazônia Real são exemplos de sites que nasceram no século XXI destinados a utilizar o jornalismo como elemento de difusão de temas ambientais.

O Jornalismo Ambiental contempla várias mídias ou ambientes (jornais, revistas, rádio, televisão, sites, newsletters, etc.) e, como as demais manifestações jornalísticas, caracteriza-se pelos atributos da atualidade e periodicidade. A cobertura jornalística ambiental pode estar inserida num veículo ao lado de outras coberturas (como ocorre basicamente nos jornais e revistas de informação geral ou nos programas de rádio e televisão), mas também pode ser o foco

exclusivo de uma publicação, como acontece nas chamadas mídias ambientais (BUENO, 2007, p.35).

O jornalismo ambiental é considerado uma das temáticas complexas da área por ter um caráter interdisciplinar, transbordando assim para demais campos, como econômico, político, biológico, sociológico, cultural etc. Dornelles e Grimberg (2012, p.69) consideram que a notícia do jornalismo ambiental em termos técnicos não se difere de outras especialidades, “tampouco possui fontes fixas e exclusivas, ou mesmo um tema específico. Na verdade, é nesse último aspecto que reside a complexidade da temática ambiental”.

Para Bueno (2007, p.35, grifo do autor), podemos definir o jornalismo ambiental como o processo de produção e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas etc.) comprometidas com a temática de meio ambiente para qualquer tipo de público, desde o leigo até o especializado.

O Jornalismo Ambiental é, antes de tudo, jornalismo (que é o substantivo, o núcleo da expressão) e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate. Não pode ser utilizado como porta-voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios. Como o saber ambiental, o Jornalismo Ambiental não é propriedade dos que detêm o monopólio da fala, mas deve estar, umbilicalmente, sintonizado com o pluralismo e a diversidade. O Jornalismo Ambiental deve potencializar o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés. (BUENO 2007, p.35).

Apesar de ser considerado multidisciplinar, o jornalismo ambiental em termos práticos nas redações e de espaços destinado a ele nas diversas publicações jornalísticas (jornais impressos, rádio, TVs e sites) ainda estão aquém em relação às demais áreas do jornalismo (MOTA, 2010; DORNELLES; GRINBERG, 2012; TEIXEIRA, 2014). Quando vira pauta, a temática ambiental habitualmente ocupa espaços periféricos nos jornais ou recebem um olhar

baseado basicamente em determinados aspectos, tendo como principais critérios a raridade, espetáculo, belezas naturais ou o inesperado (DORNELLES; GRINBERG, 2014).

Na prática, a cobertura ambiental tende a ter um caráter superficial, sem a devida contextualização ou ampliação dos fatos sob diversas perspectivas.

Para termos de fato uma cobertura qualificada das questões ambientais no Brasil, é preciso que os editores entendam que o assunto merece o mesmo status da política e da economia, exigindo também matérias investigativas de fôlego. Não basta mostrar na televisão paraísos perdidos na Amazônia e no Pantanal, é preciso explicar as verdadeiras causas da crise ambiental que ameaça o país com a maior biodiversidade do mundo. (MOTA, 2010, p.6).

Para Teixeira (2014), o jornalismo ambiental tem por obrigação ir além do caráter superficial por agregar aspectos da vida humana e orgânica. No Brasil, a cobertura dessa temática parece estar atrelada aos eventos específicos e desastres ambientais. Isso foi percebido no caso da extinção da Renca, na Amazônia. A reserva mineral foi criada nos anos 1980, mas somente em 2017 ela chamou atenção dos principais noticiários em escalas regionais, nacional e internacional. Garimpos ilegais de extração de ouro e pedidos de mineradores multinacionais existem há décadas naquele território, no entanto, deixaram de aparecer ao longo do tempo nas editorias de meio ambiente.

A noticiabilidade ambiental ainda aparece muito arraigada a eventos específicos e a desastres ambientais. Essa superficialidade que impede uma introdução ao contato sobre outras óticas ambientais atreladas a outras esferas e propositora de outros olhares, está presente nos meios de comunicação, de uma forma geral, mostram a notícia sobre cunho ambiental como *soft news* de Erik Neveu ao considerá-la como uma "informação-serviço" quando divulgam o número de vítimas de um tsunami e omitir as causas do fenômeno. TEIXERA, 2014, p.84.

Diante desse debate sobre a importância do jornalismo ambiental na sociedade, Bueno (2007) aponta três funções para essa corrente jornalística: informativa, pedagógica e política. Elas são detalhas no quadro a seguir:

Quadro 1: Funções do jornalismo ambiental

Funções	Definição
Informativa	Preenche a necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental, considerando o impacto que determinadas posturas (hábitos de consumo, por exemplo), processos (efeito estufa, poluição do ar e água, contaminação por agrotóxicos, destruição da biodiversidade, etc.) e modelos (como o que privilegia o desenvolvimento a qualquer custo) tem sobre o meio ambiente e, por extensão, sobre a sua qualidade de vida.
Pedagógica	Diz respeito à explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação dos problemas ambientais.
Política	Aqui entendida em seu sentido mais amplo e não obviamente restrita à sua instância meramente político-partidária. Tem a ver com a mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental. Incluem-se entre esses interesses a ação de determinadas empresas e setores que, recorrentemente, têm penalizado o meio ambiente para favorecer os seus negócios (indústria agroquímica, de biotecnologia, de mineração, de papel e celulose, agropecuária, etc.). Incorpora também uma vigilância permanente com respeito à ação dos governantes que, por omissão ou comprometimento com os interesses empresariais ou de grupos privilegiados da sociedade, não elaboram e põem em prática políticas públicas que contribuem efetivamente para reduzir a degradação ambiental.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Bueno (2007, p.35).

Ao buscarmos as funções do jornalismo ambiental e o debate sobre uma cobertura enraizada no informativo sem contextualização no âmbito na mídia convencional, conforme mostram Bueno (2007), Teixeira (2014) e Mota (2010), cabe direcionarmos o olhar para a imprensa regional para indicarmos como

essas premissas se comportam em sites da Amazônia sobre assuntos da realidade na qual estão inseridos.

A extinção da Renca em sites do Amapá

Metodologicamente, a escolha do Diário do Amapá, G1 Amapá e SelesNafes.Com se deu por terem sido os veículos de web que mais publicaram notícias sobre a extinção da Renca, entre os dois estados abrangidos pela reserva. No Amapá, ainda existe o Correio de Santana, mas o veículo não colocou no ar nenhum conteúdo em relação ao caso. O mesmo silenciamento ocorreu ao longo de todo o evento, no Diário do Pará, e durante a primeira semana após a extinção da reserva, no jornal O Liberal, sediados em Belém. O último aliás, publicou cinco notícias resultantes de agências de notícias em seu site. Por esse motivo, foram definidos os três veículos de web em questão para a análise da cobertura.

O levantamento avaliado ancorou-se na análise de reportagens, tendo como unidade de registro o corpo do texto das publicações dos sites. Para Herscovitz (2007), esse método é habitualmente empregado pelo jornalismo para detectar três aspectos: enquadramentos, agendamentos e tendências. A primeira perspectiva é a que interessa para este *artigo*.

O resultado do levantamento empírico abrangeu inicialmente de 23 de agosto e 27 de setembro, data da extinção da Renca e de sua revogação, respectivamente. Foram coletados 48 textos nesse período. Verificou-se que desse intervalo, a semana que mais concentrou publicação foi a primeira, logo após o decreto presidencial de extinção, compreendendo até 30 de setembro, com 20 notícias. As demais estão diluídas nas outras três semanas. Por esse motivo, este artigo optou pela primeira semana como intervalo analisado. As distribuições estão no quadro abaixo:

Quadro 2: notícias sobre a Renca publicadas pelos sites pesquisados

Fonte:

Site	23 de agosto a 27 de setembro	23 a 30 de agosto
Diário do Amapá	21	8
G1 Amapá	12	6
SelesNafes.Com	15	6
TOTAL	48	20

Elaborado pelo autor

Ao classificar em tipologias de acordo com as funções do jornalismo ambiental definidas por Bueno (2007) - informativo, político e pedagógico - a cobertura da extinção da Renca, no Amapá, teve a predominância do enquadramento político por parte dos três veículos pesquisados. O que teve menos ocorrência como narrativa principal foi o pedagógico. O Diário do Amapá se apresentou como o site com mais enquadramento político e o único que não teve o pedagógico, enquanto o G1 Amapá foi o mais equilibrado, com a mesma quantidade de textos para as três premissas do jornalismo ambiental. Além do enquadramento, foram levadas em considerações as fontes e direcionamento das narrativas como elementos de análises para classificar cada uma das notícias nas categorias das funções do jornalismo ambiental. Não foram verificados casos de um mesmo texto de caráter híbrido em mais de uma função definida por Bueno (2007).

Quadro 4: Enquadramento das notícias com base nas funções do jornalismo ambiental

Site/Enquadramentos	Informativo	Político	Pedagógico	Total
Diário do Amapá	3	5	0	8
G1 Amapá	2	2	2	6
SelesNafes	1	3	2	6
TOTAL	6	10	4	20

Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se, a partir da sistematização acima, que ao relacionarmos o papel do jornalismo na formação da opinião pública sobre a extinção da Renca, na Amazônia, o público teve 50% dos conteúdos de caráter político. Isto é, a realidade sobre o evento foi “pintada na cabeça das pessoas” (LIPPMAN, 2010) através de posicionamentos - explícitos e implícitos - dos sites sobre o tema. Afinal, conforme define Bueno (2007), a função política pode ser considerada a menos neutra dentre os três papéis do jornalismo ambiental, por transbordar o entendimento da política no sentido partidário e contemplar também o de mobilização de atores e de posições. Não que esses agentes também não representem a política partidária. Das 20 notícias analisadas, por exemplo, sete apresentaram como principal fonte de informação o senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) em todos os sites. Também foi possível identificar o PSB e PSOL como definidores das notícias.

Em uma das notícias do Diário do Amapá, site que mais utilizou o referido político como fonte principal na cobertura da Renca, o título dado à matéria realçou um ato simbólico do senador amapaense. No texto “Randolfe pede apoio do Papa na luta contra extinção da Renca”¹⁰, publicado em 30 de agosto, o veículo sugere que o parlamentar teve contato direto com a autoridade máxima do catolicismo. No *lead*, é percebido, a partir das marcas da apuração, que na realidade, Randolfe se encontrou para tratar do assunto com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e não com o Papa Francisco.

O senador Randolfe Rodrigues (REDE – AP) recorreu à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) contra o decreto presidencial que extingue a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) e libera a área para exploração mineral. Randolfe pede apoio da conferência para conseguir uma declaração do Papa Francisco em nome da luta pela Amazônia. O pedido foi feito nesta quarta-feira (30/8), durante reunião com o secretário-geral da CNBB, Dom Leonardo Steiner. Durante o encontro, Randolfe demonstrou o absurdo que é o decreto presidencial e destacou a importância da mobilização pela Amazônia. (DIÁRIO DO AMAPÁ, 30/08/2017).

Para Bueno (2007), o uso de fontes políticas em coberturas ambientais não pode ser considerado algo totalmente contrário às premissas do jornalismo no contexto de meio ambiente porque esse papel exercido pelos veículos de comunicação também serve como elemento fiscalizador das ações dos agentes representativos da sociedade em relação ao tema.

[A função política do jornalismo ambiental] incorpora também uma vigilância permanente com respeito à ação dos governantes que, por omissão ou comprometimento com os interesses empresariais ou de grupos privilegiados da sociedade, não elaboram e põem em prática políticas públicas que contribuem

¹⁰ Disponível em <https://www.diariodoamapa.com.br/2017/08/30/randolfe-pede-apoio-do-papa-na-luta-contr-extincao-da-renca/>. Acesso em 15/12/2017.

efetivamente para reduzir a degradação ambiental. (BUENO, 2007, p.36).

No caso do enquadramento das outras dez notícias que abrangiam as funções informativa e pedagógica exercidas pelos sites na cobertura da extinção da Renca, as fontes e narrativas dos conteúdos se deram a partir das apropriações dos discursos de especialistas e ONGs em detrimento das comunidades afetadas pelo decreto do presidente Michel Temer. Os indígenas, que detêm duas terras protegidas dentro da reserva, por exemplo, apareceram em apenas uma ocasião, no SelesNafes.Com¹¹, veiculado em 25 de agosto. No caso específico, o site usa um vídeo publicado pelo vereador Jawaruwa Wajãpi, da Rede, no Facebook, no texto “Absurdo”, diz chefe Waiãpi sobre fim de reserva mineral na Amazônia”. Nesse caso, o enquadramento foi pedagógico porque o site ainda apontou causas e soluções para o problema com a participação de atores diretamente envolvidos.

O decreto presidencial que extinguiu esta semana a Reserva do Cobre (Renca), que compreendia terras do Pará e do Amapá, começa a ganhar reações pelo Brasil e na comunidade internacional. No Estado, um dos principais afetados, também não poderia ser diferente. O único vereador índio do Amapá, que também é um chefe Waiãpi, classificou como absurdo o decreto do presidente Michel Temer (PMDB). (SELESNAFES.COM, 25/08/2017).

Quanto aos textos de caráter informativos, destacam-se os que abordaram pela primeira vez o decreto do presidente Temer que permitiu a exploração mineral na Renca, em 23 de agosto. Um dos exemplos é o conteúdo do G1 Amapá¹².

¹¹ Disponível em <<http://selesnafes.com/2017/08/absurdo-diz-chefe-waiapi-sobre-fim-de-reserva-mineral-na-amazonia/>>. Acesso em 14/12/2017.

¹² Disponível em <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/governo-federal-extingue-reserva-ao-sul-do-amapa-para-liberar-exploracao-mineral.ghtml>>. Acesso em 14/12/2017.

O Governo Federal publicou nesta quarta-feira (23) no Diário Oficial da União (DOU) o decreto que extingue a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), uma área com mais de 4 milhões de hectares, que fica na divisa entre o Sul e Sudoeste do Amapá com o Noroeste do Pará. Com a revogação da reserva, criada na época da ditadura militar, em 1984, a área que tem alto potencial para exploração de ouro poderá ser concedida para a exploração mineral. Do total de hectares, cerca de 2,3 milhões ficam em território amapaense, em áreas dos municípios de Laranjal do Jari, Pedra Branca, Mazagão e Porto Grande. (G1 AMAPÁ, 23/08/2017).

Por ter sido um assunto ainda não tratado pelos veículos, os primeiros textos de cada site se resumiram ao factual, o que para Bueno (2007, p.35), “preenche a necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental”. Independente do conteúdo do início da cobertura, frisa-se que os sites do Amapá não silenciaram o assunto e independentemente de interesses de anunciantes ou mesmo de classes políticas partidárias, colocaram à disposição de seus públicos informações sobre o tema.

Considerações finais

Com base na sistematização realizada de acordo com as notícias publicadas pelo Diário do Amapá, G1 Amapá e SelesNafes.Com, é possível afirmar que a narrativa principal dada pelos veículos ao caso se deu pelo olhar político, porém em seu aspecto partidário.

Mesmo os veículos pesquisados estando mais próximos da realidade da Renca do que os demais fora dessa região, percebe-se uma contradição pelo distanciamento deles dos agentes que fazem parte geograficamente da Renca, como índios e ribeirinhos, ao ponto de terem dado voz a esses povos em apenas uma oportunidade. Isso evidencia que os próprios sites tomaram para si o discurso militante sobre a cobertura da extinção da reserva. Pois, essa é uma

das premissas da função política, que contemplou 50% dos conteúdos no intervalo verificado. O período também evidenciou, pelo menos nos sete primeiros dias após o decreto de extinção da Renca, os veículos estudados, abraçaram a bandeira da causa ambientalista a favor da permanência da reserva da maneira como ela foi criada.

Diante desse cenário, o público desses sites teve um conteúdo praticamente uniforme em relação ao tema. Por ser um assunto que não apareceu ao longo de décadas nos noticiários, é possível indicar que incertezas sobre o caso pairaram na mente das pessoas (LIPPMANN, 2010) que se viram diante da questão pela primeira vez, potencializando assim a “pintura das imagens nas nossas cabeças” pelos veículos de comunicação que acompanharam o caso, conforme sugere Lippman (2010) ao debater a função do jornalismo na formação da opinião pública.

Referências

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, [S.l.], v. 15, jun. 2007. ISSN 2176-9109. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/11897/8391>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

CERVellini, Sílvia; FIGUEIREDO, Rubens. Contribuições para o conceito de opinião pública. **Opinião pública**, v. 3, n. 3, p. 171-185, 1995. Disponível em <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641001>>. Acesso em 12/12/2017.

DORNELLES, Beatriz Correa P.; GRIMBERG, Daniela. Jornalismo Ambiental: análise dos critérios de noticiabilidade na web. **Vozes e Diálogo**, v. 11, n. 1, 2012. Disponível em <http://meriva.pucrs.br:8080/dspace/bitstream/10923/9728/2/Jornalismo_Ambiental_analise_dos_criterios_de_noticiabilidade_na_web.pdf>. Acesso em 09/12/2017.

FANTE, Eliège Maria; MASSIERER, Carine; MORAES, Cláudia Herte; MOTTER, Sarah Bueno. A trajetória do Jornalismo e dos Jornalistas Ambientais no Brasil. In **Anais: 10º Encontro Nacional de História da Mídia**. Porto Alegre, 2015. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-do-jornalismo/a-trajetoria-do-jornalismo-e-dos-jornalistas-ambientais-no-brasil-o-nucleo-de-eco-jornalistas-do-rs/view>>. Acesso em 10/12/2017.

HABERMAS, Jürgen, (2003). **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2.ed. Trad.: Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 42ss. Strukturwandel der Öffentlichkeit. Darmstadt: Herman Luchterhand Verlag, 1961.

LAGE, Nilson. **Controle da opinião pública**: ensaio sobre a verdade conveniente. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOTTA, Camila Pelegrini. Jornalismo Ambiental em rede e a biodiversidade no foco da mídia. In **Anais XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul, 2010. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2952-1.pdf>>. Acesso em 11/12/2017.

NOGUERA, Gláucia. **Jornalismo, desenvolvimento e meio ambiente**: a evolução da cobertura ambiental na Gazeta Mercantil – 1972 e 1992. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Comunicação), São Paulo, p.308, 2007. Disponível em < <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/06-Jornalismo-Desenvolvimento-e-Meio-Ambiente.pdf>>. Acesso em 10/12/2017.

TEIXEIRA, Taís Garcia. Jornalismo ambiental: o desafio da construção da notícia soft news. **Vozes e Diálogo**, v. 13, n. 02, 2014. Disponível em < <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/6421>>. Acesso em 12/12/2017.